



RESUMOS APROVADOS

GT 1 – ETNOLOGIA INDÍGENA

Sessão 1 – 07/11

Coordenadores: Maria Inês Smiljanic Borges (PPGA/UFPR) e Pedro Henrique Ribas Fortes (Doutorando- PPGA/UFPR)

Debatedor: Paulo Roberto Homem de Góes – (IFPR-Paranaguá | Doutorando- PPGA/UFPR)

Diego Fernandes Dias Severo

UFPEL \ IFFar - Campus Alegrete - Apresentação Oral

Cultos evangélicos kaingang: cura, êxtase e outras mediações na Terra Indígena do Guarita – Setor Irapuá

Este trabalho busca refletir sobre os elementos constitutivos da prática evangélica entre os kaingang do setor Irapuá – Terra Indígena do Guarita, estado do Rio Grande do Sul. As igrejas evangélicas, de matriz pentecostal estão presentes entre os kaingang há mais de 60 anos, se materializam em diferentes denominações, que disputam adeptos por meio de práticas discursivas e curas realizadas nos cultos e nas casas dos enfermos. A crença evangélica se sustenta na resolução de questões individuais, como a obtenção de emprego, a conquista de uma vaga em universidades e o abandono do uso de bebidas alcoólicas e do cigarro, e também coletivas, como a resolução de conflitos entre grupos familiares, a diminuição de festas realizadas pelos jovens e mesmo em negociações feitas com as autoridades ocidentais para não punir infrações vistas como “menores”, como o dirigir sem habilitação dentro da área indígena ou não ter documento do veículo. Contudo, a cura é o elemento que sustenta a adesão ou proporciona o abandono de uma denominação religiosa por outra, ela se constitui na manifestação de espíritos ruins, ligados ao Diabo, que são expulsos pelo pastor e pela prática de algum sacrifício de um parente próximo. A figura do pastor é central nos cultos, quando o mesmo é kaingang, o ponto forte dos discursos são em língua indígena, momento em que se busca significar a prática crente no universo ameríndio. O choro, os gritos e murmúrios de lamentação acompanham a cerimônia, todos são intimados a participar, o que configura a tomada do espírito santo na pessoa. A inserção do antropólogo em igrejas evangélicas, em especial, indígenas, exige paciência, que o mesmo se abstraia de suas imagens prévias sobre o fenômeno para de fato tentar compreender como o grupo entende e compreende a religiosidade em seu cotidiano e pensamento. A pesquisa de campo proporciona desafios, pois o tema apresenta resistência kaingang, de fato, os indígenas imaginam o pesquisador como a pessoa que busca a “tradicionalidade”, as histórias dos antigos, os mitos sobre os animais, os rituais tradicionais e, portanto, fecham-se em seu íntimo quando a sua vida cotidiana, tal como ela se apresenta. Busco, nesse texto refletir sobre os elementos que constituem a presença e a densidade das práticas evangélicas entre os kaingang, sua articulação com a política ocidental e o xamanismo, assim como pensar os desafios da pesquisa antropológica em universos, muitas vezes, não priorizados pela etnologia.

Palavras-Chave: Kaingang; Cultos evangélicos; Etnologia.

Rodrigo Souza Fontes de Salles Graça

UFPR - Apresentação Oral

“Quantas festas falta eu fazer?” Notas sobre as Festas do Dia dos Índios, seu tempo e política, entre os Kaingang da terra indígena Queimadas (Ortigueira/PR)

A etnografia kaingang já há muito aponta para a importância da Festa do Dia dos Índios em diversas terras indígenas Kaingang. Ao longo da execução de PBA (Projeto Básico Ambiental), frequentei e auxiliei na organização de diversas dessas festas nas Terras Indígenas Queimadas e Mococa(Ortigueira/PR), ambas TIs com população Kaingang predominante e com destacada atenção para esses eventos. A partir dessa experiência é apresentado e discutido algumas notas etnográficas sobre a Festa do Dia dos Índios na Terra Indígena Queimadas (entre os períodos de 2014-2017), tendo em vista conformações sociopolíticas e o tempo. Busca-se apontar de modo inicial as atuais implicações da Festividade do Dias dos Índios na constituição da chefia política e em mobilizações sociais diversas na TI Queimadas, assim como nas possibilidades de reflexão sobre estes referenciais a partir do tempo.

Palavras-Chave: Kaingang; Política; Tempo.

Lays Gonçalves

UFPR - Apresentação Oral

Povos Indígenas e o Ensino Superior no Brasil: perspectivas de indígenas estudantes da UFPR

Em 2001 é criada a Lei nº13.134 que institui o Vestibular Interinstitucional dos Povos Indígenas do Estado do Paraná, e em 2004 a Universidade Federal do Paraná (UFPR) passa a participar deste Vestibular pelo Convênio nº502/2004 e pela Resolução 37/04-COUN garantindo vagas suplementares a indígenas de todo o Brasil. É nesse contexto que o trabalho busca constituir um fio condutor que perpassa por uma revisão documental do processo de institucionalização da política de escolarização diferenciada para os povos indígenas no ensino superior no Brasil, Paraná e UFPR, junto à etnografia sobre como se dá vivência das políticas de acesso e permanência na perspectiva de quatro estudantes indígenas das etnias Tupinaki, Guarani-Kaiowá, Terena e Kaingang, de cursos do Setor de Ciências da Saúde na UFPR.

Palavras-Chave: Povos Indígenas; Ensino Superior; UFPR.

Bianca Hammerschmidt

UFPR - Apresentação Oral

Entre tecidos, comidas e crianças: sobre mãos femininas que criam

As mulheres shipibo-conibo são reconhecidas pelo kene, arte de pintar e bordar complexos geométricos em tecido e cerâmica. Desde a infância, as meninas são treinadas por suas mães, avós e tias, professoras exigentes, para que desenvolvam suas habilidades. Ensinaamentos que perpassam toda a vida. Com diferentes idades, elas se reúnem normalmente na casa de uma parente e dedicam horas do dia na produção artesanal. Entre conversas sobre o cotidiano e não tão distante, política e relações de parentesco, todas se observam. Gostam de opinar sobre os desenhos e as cores dos fios. Assim como, marcar a diferença entre desenhos antigos e novos e quem os produz. Neste paper busco apresentar algumas reflexões sobre a pesquisa que venho desenvolvendo entre os shipibo-conibo da Comunidad Nativa de Calleria, amazônia peruana, percorrendo os caminhos das mãos femininas nos processos criativos/gerativos de pessoas, substâncias, afetos, alimentos, artesanatos e dinheiro.

Palavras-Chave: Shipibo-conibo; Artesanato; Mulheres indígenas.

Dayane Souza do Nascimento

UEM – Apresentação de Paineis/Pôster

Arqueologia Regional: Cultura e Memória no Vale do Rio Corumbataí-PR

A mesorregião Norte Central paranaense, onde se localiza a área de estudo, está inserida sua maior extensão territorial ao Terceiro Planalto, e uma reduzida porção no Segundo Planalto paranaense. Situado no município de São João do Ivaí, o sítio arqueológico Corumbataí II, possui características relevantes a serem apuradas, pois a região no passado abrigou diversos grupos distintos de ocupações humanas, desde a época pré-histórica. A pesquisa arqueológica agrega valores à cultura brasileira, pois retoma o que a sociedade atual desconhece sobre a organização social, hábitos e costumes dos nossos antepassados. Valores materiais e imateriais que por vezes são perdidos e descontextualizados, devido ao grande impacto antrópico em locais onde se encontram resquícios de tais ocupações. Se objetiva definir a quais grupos essas ocupações pertenciam identificando suas particularidades, baseando-se na metodologia de coletas superficiais e em profundidade resultante de prospecções, para obtenção de material. Por seguinte decorrerá a análise desse material coletado, assim identificando suas características como a cronologia e a temporalidade das mesmas. Concluir-se-á a identificação etnológica de tais grupos, bem como o resgate histórico-cultural que compreende a região em questão.

Palavras-Chave: Arqueologia Regional; Grupos étnicos; Memória Cultural.

Fabiano André Atenas Azola

UFPR – Apresentação de Paineis/Pôster

O Relatório Figueiredo e os Índios no Sul do Brasil

Esta pesquisa (em andamento) tem o objetivo de fazer uma investigação da ocorrência de menções a grupos indígenas localizados no Sul do Brasil no "Relatório Figueiredo", Relatório este que é o resultado da uma Comissão de Investigação do Ministério do Interior para apurar denúncias de corrupção e de violências de agentes do SPI (Serviço de Proteção aos Índios) contra sociedades indígenas nas décadas de 50 e 60, instituída pela Portaria 154 do Ministério do Interior, em 1967. Buscou-se neste trabalho fazer um mapeamento de quais tipos de denúncia são levantadas pela Comissão de Investigação que envolvem direta ou indiretamente agentes das reservas indígenas controladas pelo SPI na região Sul, na tentativa de entender que tipo de relações se estabeleceram entre agentes públicos e sociedades indígenas que viviam nessa região. A pesquisa foi dividida em duas etapas: a primeira delas passa pela leitura na íntegra do Relatório e pela organização dos dados: No que se refere a organização dos dados, foi feito um mapeamento detalhado das ocorrências que envolvem sociedades indígenas encontradas na região Sul. Esta pesquisa registrou a existência de oito volumes inteiros do Relatório destinados a investigação de casos ocorridos na 7ª Inspeção Regional do SPI (Região Sul), envolvendo casos de exploração ilegal de madeira, tortura e tráfico de pessoas no RS, SC e PR. Na segunda parte, trago o resultado da sistematização e da organização destes dados, que apontam para um protagonismo e para uma relevância considerável de eventos ocorridos nos postos indígenas da Região Sul. O Relatório Figueiredo foi decisivo para a reorganização dos dispositivos de governo indigenista com o fim do SPI e com a criação da FUNAI em 1967. Em um contexto em que a política indigenista brasileira vivia seus dias finais de vinculação direta ao Ministério da Agricultura e a seu projeto principal de "civilização" dos povos indígenas através de uma "pedagogia" do trabalho agrícola e dos ideais ruralistas, torna-se necessário refletir sobre a importância dos postos da Região sul no Relatório que pôs fim ao SPI e serviu de preâmbulo a uma mudança de foco da política indigenista brasileira com a criação da FUNAI e sua vinculação aos projetos de colonização e ocupação da Amazônia. Assim, tendo a história do indigenismo como ponto de partida, a partir do Relatório Figueiredo, busco tratar das relações entre os dispositivos de governo do SPI com os povos indígenas da região Sul em meados do século XX fazendo com que se encontrem os campos de pesquisa da História e da Antropologia.

Palavras-Chave: Relatório Figueiredo; Política Indigenista; SPI.

Sessão 2 – 08/11

Coordenadores: *Maria Inês Smiljanic Borges (PPGA/UFPR) e Pedro Henrique Ribas Fortes (Doutorando- PPGA/UFPR)*

Debatedor: *Paulo Roberto Homem de Góes – (IFPR-Paranaguá | Doutorando- PPGA/UFPR)*

Kauana Maria Santos Neves

UFPR – Apresentação Oral

O Mborayhu através do artesanato mbyá-guarani

O artesanato prioritariamente confeccionado com sementes, ocupa parte fundamental do tekoa (MELIÁ, 1991) Mbyá-guarani. Alfred Gell (1998) defendeu a ideia de que a agência produzida através de imagens e artefatos dependem de sua eficácia. Uma das estruturas de reciprocidade entre os mbyá-guarani é o mborayhu (amor) (MELIÁ; TEMPLE, 2004), nela, os artefatos e artesanatos requisitam quem os produz e quem os recebe. O artesanato Mbyá dentro da categoria nativa mborayhu pode ser compreendido como elementar neste processo entre quem dá, quem recebe e quem retribui, causando assim simultaneamente a produção, a agência e sua eficácia. Através desta pesquisa, busca-se compreender o artesanato vinculado ao mborayhu e produzir análise etnográfica a partir das relações exercidas via o fazer artesanal. Para isso, será analisada produção bibliográfica sobre o tema, bem como serão utilizados dados obtidos através de trabalho de campo realizado entre os Mbyá da comunidade de Yriapú, em Puerto Iguazú, Misiones, Argentina.

Palavras-Chave: Artesanato; Mbyá-guarani; Yriapú.

Leticia Fernandes

UFPR - Apresentação Oral

A Sociedade com o Estado: Os Guarani-Nhandewa de Ywy Porã e suas interlocuções com o Ministério Público Federal

A crescente interlocução das chefias políticas indígenas junto às estruturas administrativas e jurídicas do Estado, e demais esferas da sociedade civil têm exigido de caciques e lideranças, a participação em reuniões diversas e a familiarização com trâmites burocráticos e administrativos. Isto pois, a relação com não índios e com as várias esferas do Estado envolvem a oferta de serviços básicos, empregos e projetos, que se constituem hoje nas principais fontes de subsistência nas TIs (PISSOLATO, 2006). Entre os Guarani-Nhandewa da Terra Indígena Ywy Porã, localizada no município de Abatiá-PR é verificada uma intensa interlocução com as instâncias jurídicas e administrativas municipais, estaduais e federais, isso pois, além de ser uma terra em litígio (fruto de uma retomada e ainda não demarcada), as principais fontes de recurso e empregos da TI provém dos serviços ofertados pelo Estado na área da saúde, educação e do programa de mitigação de impactos PBA-CI/UHE-Mauá. O acesso e garantia de direitos básicos, garantidos por lei aos Nhandewa dessa TI em situação de retomada, perpassa, sobretudo, por uma intensa interlocução das chefias indígenas com o MPF- Ministério Público Federal, órgão jurídico do Estado, que através da 6ª Câmara é o principal canal de atuação junto às Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Além de demandas em torno de direitos básicos, também são reportadas ao órgão, assuntos referentes à conflitos intra-aldeões (denúncias de violências, disputas políticas, transferências compulsórias). Nesse sentido, essa pesquisa visa trazer novos elementos em torno das relações estabelecidas pelos indígenas e instâncias jurídicas do Estado, analisando tanto a interlocução feita pelas chefias políticas, quanto por indivíduos fora do círculo de poder junto ao órgão e os tipos de representações reportadas ao MPF.

Palavras-Chave: Guarani-Nhandewa; Interlocução; MPF.

Mártin César Tempass

FURG - Apresentação Oral

Aspectos práticos e simbólicos da recuperação ambiental realizada pelos Mbyá-Guarani em seus processos de retomada territorial

Em um contexto de extrema morosidade no processo de identificação e delimitação de Terras Indígenas, muitos coletivos do grupo indígena Mbyá-Guarani são forçados a viver em espaços pouco ou nada condizentes com o seu sistema cultural. Assim, hoje grande parte dos Mbyá-Guarani do Rio Grande do Sul, que deveria estar habitando matas ricas em biodiversidade, se encontra confinada em beiras de estradas ou

em aldeias minúsculas, sem as condições necessárias para a sua sobrevivência física e cultural. Os Mbyá-Guarani têm lutado muito para modificar esse quadro que lhes é completamente desfavorável, mas, paradoxalmente, também buscam, nos processos de retomada territorial, áreas completamente degradadas em termos ambientais e/ou ocupadas por monoculturas, como a de eucalipto. E apontam tais terras como necessárias para o seu modo de ser. Discutir essa aparente incongruência é o principal objetivo do trabalho aqui proposto. Ocorre que, mesmo nessas condições inóspitas, os Mbyá-Guarani realizam o manejo ambiental e recuperam ambientalmente as áreas que ocupam. Tal manejo, que tem se mostrado muito eficaz, é conduzido segundo os preceitos sócio-cosmológicos do grupo e constitui o próprio jeito de ser Mbyá-Guarani. Posto isso, dentro da presente proposição também pretendo, com base em pesquisas etnográficas realizadas entre 2008 e 2017 em várias aldeias do Rio Grande do Sul, analisar a concepção dos Mbyá-Guarani sobre os ambientes que eles habitam e os que eles idealmente deveriam habitar. Justaposto a isso, será necessário detalhar os aspectos sócio-cosmológicos acionados para o manejo ambiental e a recuperação das áreas ocupadas, bem como discutir as implicações práticas e simbólicas da implementação de tais estratégias para a sua reprodução física e cultural.

Palavras-Chave: Mbyá-Guarani; Recuperação Ambiental; Retomada Territorial.

Vladimir Bertapeli

UNESP - Apresentação Oral

A composição da “mistura”: o parentesco e a diferença como elementos explicativos da constituição identitária Tupi Guarani

Os Tupi Guarani, que vivem em aldeias que se localizam ao longo da costa meridional atlântica, especialmente na região que veio a se constituir o que denominamos como litoral de São Paulo, como também em certos trechos do planalto paulista e Vale do Ribeira, se autodenominam como descendentes dos grupos Tupi e Guarani, cuja junção é por eles denominada pela categoria “mistura”. Para estes indígenas, este termo carrega um conjunto de significados culturais e políticos, uma vez que estes atores usam tal categoria nativa como base constitutiva dos etnônimos formadores de suas identidades étnicas; serve para referendar a luta e manutenção de suas terras; bem como a reivindicação de seus direitos constitucionais na qualidade de indígenas. Todavia, o que vem a ser mistura para esses indígenas? Como eles a processam? Qual é sua importância à identidade destes indígenas? Logo, a presente comunicação versa sobre estas questões que foram observadas ao longo de uma pesquisa etnográfica que realizei durante 7 meses vivendo com os Tupi Guarani.

Palavras-Chave: Tupi Guarani; Parentesco; Mistura.

Rafael Pacheco

UFPR - Apresentação Oral

Os Xetá, século XXI: memória, estética, política desde o exílio

Nesta comunicação, pretendo abordar algumas formas pelas quais os Xetá, povo tupi do noroeste do Paraná, vem representando-se enquanto povo ou etnia, como dizem, a partir da década de 1990, com foco nas suas iniciativas em que a história é tematizada – em formas de livros, filmes, documentos, objetos, discursos, depoimentos, etc. Articuladas em termos de “luta” e em um contexto de reorganização sociopolítica, essas iniciativas destinam-se à “revitalização da cultura”, destacadamente, ao registro e reavivamento dos usos e da transmissão da sua língua e memória histórica, bem como na reunião dos parentes hoje ainda dispersos e na reconquista/demarcação de parte de seu território tradicional, Herarekã Xetá em Serra dos Dourados, hoje sob poder dos brancos (antigamente designados por kikãtxu) que os impedem reiteradamente de para lá voltar e viver, evoca-se um teor reparatório contra o Estado brasileiro. A partir destes contextos, compreendidos em contexto de exílio, pretende-se refletir sobre a memória Xetá, em seus aspectos estético e político, e um relato de sua resiliência desde o exílio.

Palavras-chave: Xetá; Memória; Ação Política.

Gian Carlo Teixeira Leite

UFPR – Apresentação de Painel/Pôster

Do contato aos dias atuais: sete décadas de notícias sobre os Xetá da Serra dos Dourados

Os Xetá são um grupo indígena da família linguística tupi-guarani que tradicionalmente habitava a região da Serra dos Dourados, localizada no noroeste do Paraná. A partir da década de 1940, com o território Xetá

incluído oficialmente no plano de colonização elaborado pelo estado do Paraná, deu-se início ao contato intenso entre os índios e brancos, a partir do avanço da frente cafeeira, cujas consequências para os primeiros, são reconhecidas por eles próprios como trágicas. O que as publicações atuais apontam é que para invasão e usurpação do território Xetá, foram praticadas estratégias e técnicas violentas que se caracterizam como graves violações de direitos humanos, resultantes de políticas estruturais do Estado. Essas violações decorrem diretamente do processo de esbulho levado a cabo pelas Companhias de Colonização, tanto quanto pelo descaso da instância responsável pela política indigenista, o Serviço de Proteção aos Índios – SPI, cujos interesses aliavam-se aos interesses econômicos do Estado. Enquanto o primeiro valia-se de práticas que visavam o real extermínio físico dos Xetá, o segundo elaborava pareceres de sua extinção no papel, resultando assim, para os índios, um abrupto decréscimo populacional, de modo que os poucos sobreviventes foram retirados de seu território tradicional e “adotados” por famílias de brancos ou alojados em territórios dos índios Kaingang. Em processo de reconstituição demográfica, os Xetá totalizam hoje, aproximadamente, 200 pessoas, a maioria composta de moradores da Terra Indígena São Jerônimo da Serra, onde aguardam a homologação de suas terras. Dito isto, este trabalho traz uma compilação de notícias publicadas sobre o Xetá em jornais – em parte disponíveis nos arquivos do Círculo de Estudos Bandeirantes e na Biblioteca Pública do Paraná – e, mais recentemente, na internet, desde a época da efetivação do contato até os dias atuais. Além disso, propõe-se a indicar, a partir de comparação feita entre a leitura dos trabalhos históricos-etnográficos e o exame dos jornais, como os Xetá e sua história estão representados ao longo de sete décadas na imprensa escrita. Para tal, optou-se por escrutinar os conteúdos simbólicos e históricos produzidos sobre o grupo nas reportagens, ou seja, com atenção às caracterizações e narrativas que se tem sobre os Xetás, este trabalho apresenta um panorama de como a imprensa representa o grupo enquanto “sobreviventes da idade-da-pedra”, “sobreviventes do extermínio”, “índios ressurgidos”, e outros.

Palavras-Chave: Xetá; Comunicação; Representação.